

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Esses benefícios foram calculados com base nas inspeções realizadas no ano 2011 e foram divulgados em diversos veículos de comunicação após evento realizado na Universidade de São Paulo em junho de 2012. Essas estimativas basearam-se na experiência internacional e recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS.

5. Atendimento ao Cliente: Em 2012 foram recebidas 853.503 chamadas telefônicas; 98,8% dos contatos realizados no "call center" foram para solicitação de informações, agendamentos ou reagendamentos de inspeção. O tempo médio de espera (TME) do ano foi de 38 segundos e o tempo médio de atendimento (TMA) foi de 4 minutos e 50 segundos. O percentual de abandono médio foi de 6,6%. Além do atendimento telefônico, foi recebido e respondido no mesmo período um total de 17.436 e-mails e foram realizados 12.089 atendimentos pelo "chat", o que representou um crescimento de mais de 100% desse canal de atendimento. O "site" recebeu 27.409.034 acessos no ano. Em 2012, a Controlar S.A. aprimorou a estrutura de atendimento ao cliente e a infraestrutura de "call center", o que possibilitou que todas as demandas fossem atendidas em 48 horas. Além destes, a Controlar S.A. possui outros canais de comunicação com o cliente, como o Twitter e uma página no Facebook. As reclamações de clientes, que em 2010 foram de 1,38%, em 2011 foram reduzidas para 0,33% e em 2012 chegaram a 0,17%.

6. Pesquisa e Desenvolvimento: Foi consolidado em 2012 o Programa de Prevenção a Riscos de Fraude, compreendendo todas as etapas, desde o processo de identificação de riscos, a implantação de controles, a revisão do código de condutas, a conscientização, a disseminação e a capacitação dos colaboradores, até a análise de indicadores e lições aprendidas. Foram ainda investidos no ano R\$863 mil na área de Pesquisa e Desenvolvimento para o aprimoramento contínuo dos processos de inspeção.

7. Responsabilidade Corporativa: Foi promovida a participação de colaboradores voluntários nas apresentações realizadas para alunos de escolas públicas dos ensinos médio e fundamental. O Programa esclareceu, para mais de 3.000 crianças, através de peças teatrais e palestras educativas, as questões ambientais e a importância da inspeção veicular. Foi lançado, na ExpoMecanico 2012, o Programa de Formação de Mecânicos para Inspeção Ambiental Veicular, em agosto de 2012. Em dois dias de evento, mais de 1.000 pessoas receberam treinamento no "stand" da Controlar S.A. A segunda etapa desse Programa foi iniciada em outubro de 2012, com a capacitação de mais de 300 profissionais do segmento de reparação com treinamento presencial. O programa prosseguirá em 2013, com a meta de alcançar 3.000 mecânicos no ano.

8. Desenvolvimento de RH: Em 2012, foram contratados 126 novos colaboradores, encerrando-se o ano com o efetivo de 648 colaboradores. O plano de carreira da Controlar S.A. propiciou a promoção de 330 colaboradores no ano. Foram investidos no ano R\$762 mil, totalizando 62 mil horas de treinamento e desenvolvimento. Entre os principais programas, estão:

- Programa de Desenvolvimento da Liderança.
- Programa de Treinamento para reciclagem de conhecimento técnico, dos processos e das políticas da Controlar S.A.
- "Workshops" para melhoria do atendimento ao cliente.
- Programa de Formação Técnica - Mecânica aplicada à inspeção.

9. Considerações Finais: As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2012	2011
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.426	39.590
Impostos e contribuições a recuperar	6	2.134	2.285
Despesas antecipadas		1.001	1.294
Outros créditos		907	748
Total do ativo circulante		19.468	43.917
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	8.440	9.587
Outros créditos		33	-
Imobilizado	7	62.849	73.559
Intangível	8	2.923	4.183
Diferido	9	2.990	3.494
Total do ativo não circulante		77.235	90.823
Total do Ativo		96.703	134.740

	Nota explicativa	2012	2011
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Empréstimos bancários	10	13.842	23.721
Arendamento mercantil	11	1	1.223
Fornecedores		5.907	16.763
Impostos e contribuições a recolher		2.116	1.985
Salários e férias a pagar		7.521	8.349
Adiantamento de clientes	12	13.078	13.582
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	13	40	129
Dividendos propostos	14.c	-	4.765
Total do passivo circulante		42.505	70.517
Não Circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	-	13.750
Patrimônio Líquido			
Capital social	14.a	35.175	35.175
Reserva de lucros	14.b	1.003	1.003
Reserva para contingências	14.c	18.020	-
Dividendos adicionais propostos	14.c	-	14.295
Total do patrimônio líquido		54.198	50.473
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		96.703	134.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva para contingências	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		35.175	-	-	-	(13.797)	21.378
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.860	33.860
Reserva legal	14.b	-	1.003	-	-	(1.003)	-
Dividendos propostos	14.c	-	-	19.060	-	(19.060)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	-	-	(4.765)	-	-	(4.765)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		35.175	1.003	14.295	-	-	50.473
Reversão dos dividendos declarados em anos anteriores	14.c	-	-	-	4.765	-	4.765
Reserva para contingências	14.c	-	-	(14.295)	14.295	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.040)	(1.040)
Compensação de prejuízos		-	-	-	-	1.040	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		35.175	1.003	-	18.020	-	54.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto Operacional: A Companhia, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.306, 3º andar - Jardim Paulista, São Paulo - SP, tem como atividade a prestação de serviços de implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso do Município de São Paulo ("IJM-SP"), por meio de concessão, consistindo na construção, instalação e operação de linhas de inspeção obrigatória para veículos leves e pesados, com motores do Ciclo Otto e do Ciclo Diesel, a fim de avaliar e certificar a compatibilidade dos poluentes atmosféricos emitidos pela frota de veículos licenciada no Município de São Paulo com os padrões de emissão estabelecidos por lei.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 13 de fevereiro de 2013 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Use de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e as resoluções emitidas pelo CFC, requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas, pelo menos, anualmente, pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício no qual tais estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 7 - Depreciação do ativo imobilizado. • Nota explicativa nº 8 - Amortização do intangível. • Nota explicativa nº 9 - Amortização do diferido. • Nota explicativa nº 13 - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas. • Nota explicativa nº 19 - Mensuração de instrumentos financeiros.

3. Principais Políticas e Práticas Contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente para os exercícios apresentados neste relatório. **a) Ajustamento do resultado:** O resultado das operações é ajustado em conformidade com o regime de competência do exercício. **b) Receita de serviços:** A receita operacional é reconhecida quando da prestação de serviços aos usuários. A receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** **(i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informado na nota explicativa nº 19. **(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** • Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras. **• Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos. **(iii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, arrendamento mercantil, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, pelo método dos juros efetivos. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso não seja resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e não sujeitos a variações significativas de seu valor. **e) Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não esteja vinculado diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando necessário. O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo dos ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, a condição necessária para que estes possam operar da forma pretendida pela Administração e o custo de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. **Depreciação:** É computada pelo método linear, na abrangem por componentes, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e pelo prazo de concessão para benfeitorias em propriedade terceiros. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 7. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **f) Ativos intangíveis:** Os direitos de uso e os custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a vida útil estimada. **g) Ativo diferido:** Refere-se às despesas pré-operacionais provenientes de gastos relacionados à locação, manutenção e conservação das benfeitorias em construção de propriedade de terceiros registradas até 31 de dezembro de 2008, as quais serão mantidas nesse grupo até sua realização total, por meio de amortização ou baixa contra o resultado. Esses ativos são amortizados linearmente pelo prazo de dez anos e/ou prazo remanescente do contrato de concessão, dos dois o menor. **h) Ativos arrendados: Arrendamento mercantil financeiro:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro, e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos contratos, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº 11. **i) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflete as condições vigentes de mercado quando ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou na vida útil esperada do negócio, considerando as taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de inspeções, aos índices que reajustam as tarifas, à variação dos índices de inflação e à respectiva elasticidade, custos operacionais, investimento de capital e taxas de descontos. A Companhia, com base em suas projeções, não identificou a necessidade de provisão ao valor recuperável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, tendo em vista a recuperação da tarifa de inspeção para o ano 2014 conforme contrato de concessão. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, as mudanças no valor justo de ativos financeiros que sejam registrados através do resultado do exercício e as variações monetárias positivas sobre

passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros, as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e as perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método de juros efetivos. **l) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia prevê pagar esse valor em virtude do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de maneira confiável. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 25% para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e 9% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As despesas com IRPJ e CSLL compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se à utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT para a apuração do IRPJ e da CSLL. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. **n) Diferido - gastos pré-operacionais:** A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passarão a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção. Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização, conforme opção descrita no item 20 do pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09. **o) Novas normas, alterações e interpretações de normas: Normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas:** • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2009-2011 (2). • Modificações às IAS 32 (3) - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros. • IFRIC 20 - Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (2): aplica-se aos custos de remoção de resíduos incorridos nas atividades de mina de superfície durante a fase de produção. • Modificações às IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (2): aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar mais transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando estes não forem igualmente distribuídos no exercício. • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (4): introduz novas exigências para classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo por meio do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no respectivo risco de crédito é reconhecida na rubrica "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo na respectiva rubrica resulte em ou aumento ou descaimento contábil no resultado. • IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2): substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com essa norma, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle. • IFRS 11 - Acordos de Participação (2): substitui a IAS 31 - Participações em "Joint Ventures" e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado. • IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2): é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas e acordos de participação. De modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes que as normas atuais. • IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2): apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. • Modificações às IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1): permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração abrangente ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. • IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2): altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. • IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2): reflete as modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária. • IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" (2): as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer que: (i) um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de "impairment", de acordo com a IAS 36 - "Impairment" de Ativos; (ii) qualquer perda por "impairment" a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) as reversões de "impairment" são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

CPC **Título**

19 (R2) Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)

33 (R1) Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)

36 (R3) Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)

45 Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)

46 Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

4. Determinação dos Valores Justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação, com base nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida:** O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e bancos 1.073 1.570

Aplicações financeiras (CDBs pós-fixados) 14.352 38.020

Total 15.426 39.590

As aplicações financeiras, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são representadas por operações de curto prazo e de liquidez imediata e estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços patrimoniais. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99,5% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Impostos e Contribuições a Recupera

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar 885 186

Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social/Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - PIS/COFINS/CSLL a recuperar (*) 936 1.926

Imposto de Renda Pessoa Jurídica/Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - IRPJ/CSLL a recuperar 173 173

Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social/Contribuição sobre o Lucro Líquido - PIS/COFINS/CSLL a compensar 140 -

Total 2.134 2.285

(*) Impostos incidentes sobre a receita de prestação de serviços faturada mediante recebimento da tarifa de inspeção, que serão reconhecidos no momento da prestação dos serviços.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	2012	2011
Receita Operacional Líquida	15	122.473	178.088
Custo dos Serviços Prestados	16	(69.154)	

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de Reais - R\$)

das operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas é de R\$40 (R\$129 em 2011). A Companhia é parte, ainda, nos seguintes processos judiciais, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida em virtude de a expectativa de perda não ser provável: **a)** Ação Cível Pública nº 1.249/97: ajuizada em 4 de dezembro de 1997 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Controlar S.A., a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação, firmado pelas empresas rés, para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para fins de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 8 de abril de 2003. Em 19 de dezembro de 2011, os Embargos de Declaração opostos contra o acórdão da apelação foram rejeitados. Publicado o acórdão dos Embargos de Declaração em 23 de janeiro de 2012. Em 2 de fevereiro de 2012, foram opostos novos Embargos de Declaração por outras partes, os quais foram rejeitados em 22 de março de 2012. Em 27 de junho de 2012 foram interpostos recursos extraordinário e especial, que aguardam processamento e remessa aos Tribunais Superiores. **b)** Mandado de Segurança nº 9024608-94.2009.8.26.0000 (994.09.001320-4) impetrado em 13 de março de 2009 por Pedágio Inspeção de Segurança Veicular Ltda. ME e Famam Inspeção de Segurança Veicular Ltda., perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, visando à declaração de nulidade parcial dos decretos municipais que autorizaram a licitação e concessão do programa de inspeção veicular para uma única empresa. A segurança foi denegada por unanimidade em 29 de junho de 2010. O Recurso Ordinário interposto pelos Autores do Mandado de Segurança foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça - STJ e aguarda designação de Relator desde 10 de dezembro de 2012. **c)** Ação Cível de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra o Sr. Gilberto Kassab e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S.A., sequestro de bens dos réus como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O juiz de 1º grau concedeu em parte a tutela requerida, determinando: (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar; e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os réus. Contra essa decisão, o Município de São Paulo formulou pedido de suspensão de liminar perante o STJ e interps Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo. Em 11 de janeiro de 2012, a Presidência do STJ acolheu integralmente o pedido de suspensão de liminar. Em 22 de janeiro de 2012, foi concedido, por decisão monocrática, efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento da Municipalidade, relativo à decisão por realizar nova licitação. Posteriormente, o Ministério Público de São Paulo interpôs dois Agravos de Instrumento contra a decisão de 1º grau, pleiteando o afastamento do Prefeito, Sr. Gilberto Kassab, e a manutenção da indisponibilidade dos bens dos réus. Ambos foram indeferidos, respectivamente, em 1º de fevereiro de 2012 e 7 de fevereiro de 2012. A decisão liminar concedida pelo juiz de 1º grau encontra-se integralmente suspensa por determinação do STJ. Ação para recuperação de tarifa, cujo desfecho esperado pela Administração é favorável. i. Ação pelo Procedimento Ordinário nº 0001123-54.2012.8.26.0053: ajuizada pela Controlar em face da Municipalidade de São Paulo em trâmite perante a 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade de decisão administrativa que determinou a redução unilateral da tarifa dos serviços de inspeção veicular no Município de São Paulo para R\$44,36, com vigência imediata para 1º de janeiro de 2012. Em sede de liminar, a Controlar postulou a antecipação de tutela parcial para suspender os efeitos da referida decisão de redução de tarifa. No mérito, a Controlar requereu o retorno ao "status quo" imediatamente anterior às nulidades constatadas nos autos do processo administrativo em que foi proferida a decisão de redução de tarifa, sanando-as de modo que: (i) seja dada a ampla oportunidade de exercício do contraditório à autora, a fim de que possa acompanhar a realização dos estudos técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, indicando assistente técnico e formulando quesitos; (ii) seja determinado à Municipalidade que se abstenha de direcionar os trabalhos da FIPE, que deverão respeitar as condições originais da proposta vencedora da licitação; e (iii) posteriormente, seja o resultado final do reequilíbrio encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças para devido exame, conforme determina o Decreto Municipal nº 49.286/08. A tutela antecipada foi indeferida pelo juiz de 1º grau. Em 7 de março a Companhia interpôs agravo de instrumento e aguarda concessão de liminar.

14. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social é de R\$35.175 representado por 7.087.751 ações, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 1 ação ordinária classe A, 6.378.976 ações ordinárias classe B e 708.774 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

	Nº de ações	%
BR Inspeções S.A.	3.189.488	45,00
Companhia de Participações em Concessões	3.189.488	45,00
Brisa Internacional SGPS S.A.	708.774	9,90
Outros	1	0,10
Total	7.087.751	100,00

b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Dividendos:** Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral Ordinária - AGO de 30 de abril de 2012 aprovou a proposta para a criação da reserva para contingências, de acordo com o artigo 189 da Lei nº 6.404/76 no montante de R\$19.060 destinado ao ano anterior para dividendos a pagar (R\$4.765) e dividendos adicionais propostos (R\$14.295). A destinação do resultado mencionada foi realizada conforme Relatório da Administração da Companhia e documentação que suportou a decisão dos seus administradores.

15. Receitas: A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	2012	2011
Receita operacional bruta - prestação de serviços	142.833	207.647
Menos:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(7.147)	(10.244)
PIS	(2.357)	(3.445)
COFINS	(10.856)	(15.870)
Total	122.473	178.088

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPLENTE

José Braz Cioffi - Presidente do Conselho
Antonio Linhares da Cunha - Conselheiro
Ivan Pio de Azevedo - Conselheiro
Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

Renato Alves Vale - Suplente
Leonardo Couto Vianna - Suplente
André Luiz Duarte Teixeira - Suplente
Fernando Jorge Hupel de Azevedo - Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras da Controlar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores

16. Custos e Despesas Operacionais por Natureza: São compostos principalmente de salários, benefícios, encargos, serviços profissionais, depreciação e amortização, conforme a seguir:

	2012	2011
Custos gerais:		
Pessoal e benefícios	(32.009)	(33.023)
Serviços profissionais	(11.245)	(21.518)
Depreciação e amortização	(11.970)	(11.562)
Locação de imóveis	(10.261)	(9.107)
Outros custos	(3.669)	(8.509)
Total	(69.154)	(83.719)
Administrativas e gerais:		
Pessoal e benefícios	(11.767)	(12.324)
Serviços profissionais	(30.457)	(39.030)
Depreciação e amortização	(2.627)	(2.263)
Locação de imóveis	(998)	(716)
Outros gastos	(3.629)	(1.513)
Total	(49.476)	(55.846)
Outros:		
Resultado na alienação ou baixa de ativo imobilizado	(95)	4
Tarifas bancárias	(3.251)	(1.187)
Outras despesas operacionais	(424)	(24)
Total	(3.770)	(1.207)
17. Resultado Financeiro	2012	2011
Despesas financeiras:		
Juros	(2.742)	(6.834)
Impostos sobre Operações Financeiras - IOF	(59)	(39)
Outras	(218)	(393)
Total	(3.019)	(7.266)
Receitas financeiras e operacionais:		
Juros	2.047	2.835
Outras receitas financeiras	23	534
Outras receitas operacionais	983	-
Total	3.053	3.369

18. Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Diferidos

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107	107	33.419	33.419
Adições permanentes:				
Benefícios a administradores	1.308	229	1.088	483
Despesas com "royalties"	9.632	9.632	-	-
Outras despesas	348	313	169	145
Exclusões permanentes:				
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	-	-	(2.270)	(2.270)
Adições (exclusões) temporárias:				
Ajuste de faturamento - inspeções não realizadas	(5.860)	(5.860)	908	908
Provisão de "royalties"	(9.985)	(9.985)	4.104	4.104
Outras provisões	(3.360)	(3.283)	(769)	(961)
Total	(7.810)	(8.847)	36.649	35.828
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	(10.995)	(10.748)
Lucro real (prejuízo fiscal a compensar)	(7.810)	(8.847)	25.654	25.080
Outros ajustes e deduções	-	-	1.180	1.995
Base de cálculo dos impostos	(7.810)	(8.847)	26.834	27.075
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Total dos impostos correntes	-	-	6.709	2.437
Alíquota efetiva	-	-	24,20%	9,00%

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão da Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2012	2011
Ativo não circulante:		
Ajuste - faturamento de serviços não realizados	1.917	3.909
Ajuste do RTT	1.428	1.677
Prejuízo fiscal acumulado	4.887	2.139
Outros	1.433	2.304
Total	9.665	10.029
Passivo não circulante-		
Contraprestações de arrendamento mercantil	1.225	442
Total líquido	8.440	9.587

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos riscos cíveis. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social integralmente até 2014. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

19. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando

assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.).

Instrumentos financeiros por categoria

	2012		2011			
	Valor justo por meio do resultado	Emprés-timos e ao custo recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Emprés-timos e ao custo recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo:						
Aplicações financeiras	14.353	-	-	38.020	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	2.884	-	-	2.700	-
Passivo-						
Circulante:						
Arrendamento mercantil	-	-	(1)	-	-	(1.223)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	(13.842)	-	-	(23.721)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(5.907)	-	-	(16.763)
Não circulante-						
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-	(13.750)
Total	14.353	2.884	(19.750)	38.020	2.700	(55.457)

A Companhia não possui nem operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. • Contas a receber de clientes e outros recebíveis - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • Fornecedores, outras contas a pagar e arrendamento mercantil - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. Empréstimos bancários - São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com o objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado. Supondo que: (a) o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros variáveis de 31 de dezembro de 2012 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data-base 31 de dezembro de 2012 permaneçam estáveis (CDI em 7,25% ao ano); (b) a elevação dos índices atuais em 25%; e (c) a elevação dos índices atuais em 50%, o cenário 1 é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

	Juros a incorrer exposto a:	Risco da taxa	Exposição	Cenário I	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos						
Ativo financeiro-						
Aplicações financeiras - CDB	CDI	Redução	14.353	1.041	1.301	1.561
Passivo financeiro-						
Empréstimos e financiamentos	CDI+1,7% a.a.	Aumento	(13.842)	(609)	(731)	(854)
Varição líquida			511	432	570	707

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos.

Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital e a confiança do investidor, credor e mercado. A Administração monitora os retornos sobre capital e o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos a seguir de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no Nível 2:

	2012	2011
Aplicações financeiras	14.353	38.020
Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: • Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. • Nível 2: "inputs" diferentes dos preços negociados em mercados ativos, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços) • Nível 3: "inputs" para ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).		

20. Partes Relacionadas: A Companhia não possui transações com partes relacionadas em 2012 e 2011. Os montantes referentes à remuneração dos profissionais-chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2012	2011
Remuneração dos administradores	1.588	1.569
Participação nos resultados	751	524
Total da remuneração	2.339	2.093

Na AGO realizada em 30 de abril de 2012, foi fixada a remuneração dos administradores até o limite de R\$2.300, não incluídos os valores referentes aos encargos sociais que forem devidos.

21. Cobertura de Seguros: A Companhia contrata cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era: • Em cada centro de inspeção: R\$3.142 para incêndio, raio e explosão e R\$1.000 para responsabilidade civil. • Na Matriz: R\$1.500 para incêndio, raio, explosão e perda de aluguel, cujo beneficiário é o locador; R\$200 para responsabilidade civil e equipamentos; e R\$29 para seguro-garantia de concessões públicas, cujo beneficiário é a Prefeitura Municipal de São Paulo. • Seguro D&O corporativo - R\$6.000 Limite Mínimo Individual - LMI.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Harald Peter Zwetkoff - Diretor Presidente
Eduardo Rosin - Diretor Executivo
Roberto Carlos Guimarães - Diretor Administrativo Financeiro
Marcos Brandão - Diretor de Operações e Desenvolvimento
Antonio de Souza Macedo - Contador - CRC nº 1 SP 206046/O-6

de ações judiciais questionando o contrato de concessão. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que um desfecho favorável da causa. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste que seria necessário à resolução dessa incerteza.

Outros assuntos
As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 9 de março de 2012, contendo parágrafo de ênfase que discute assunto similar ao incluído no parágrafo Ênfase.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 1094470-6